

# EDUCAÇÃO E PANDEMIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

## EDUCATION AND PANDEMIC IN THE STATE OF SÃO PAULO

Gabriela Suhet Pereira\*  
Carolina Fuzaro Bercho\*\*

### RESUMO

Através da coleta e análise de informações em mídias digitais, buscou-se explorar a situação da educação no contexto pandêmico no Estado de São Paulo, desenhando um panorama das medidas tomadas como forma de amenizar as consequências do fechamento de escolas, junto às percepções dos docentes e pensadores da área sobre as atitudes do governo. Além disso, também foram abordados os fatos ocorridos quanto à reabertura de escolas no início do ano de 2021, numa mostra das tentativas e suas repercussões. Foi possível constatar a frequência de relatos e informações que apontaram para um despreparo no tocante às ações do governo, o qual, ao tentar manter o calendário letivo intacto, não deu espaço às opiniões dos educadores e demais profissionais da área.

**Palavras-chave:** Pandemia. Educação. Ensino remoto.

### ABSTRACT

Through the collection and analysis of information in digital media, we sought to explore the situation of education in the pandemic context in the State of São Paulo, drawing an overview of the measures taken as a way to alleviate the consequences of closing schools, along with the perceptions of teachers and industry thinkers on government attitudes. In addition, the facts that occurred regarding the reopening of schools in the beginning of 2021 were also addressed, in a display of the attempts and their repercussions. It was possible to verify the frequency of reports and information that pointed to an unpreparedness regarding the actions of the government, which, in trying to keep the school calendar intact, did not give space to the opinions of educators and other professionals in the area.

**Keywords:** Pandemic. Education. Remote teaching.

### Introdução

No dia 31 de dezembro de 2019 foi registrado o primeiro caso do vírus SARS-CoV2, o novo coronavírus, em Wuhan, na China. Em 26 de fevereiro, foi notificado o

---

\* Graduada de Pedagogia da FATECE (Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação). [gabrielasuhet@hotmail.com](mailto:gabrielasuhet@hotmail.com)

\*\* Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da FATECE (Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação). [carolinafuzaro@hotmail.com](mailto:carolinafuzaro@hotmail.com)

primeiro caso no Brasil e, em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia da doença, ou seja, a disseminação era mundial. Desde então, foi informado que a melhor forma de conter a doença era por meio do isolamento social, o que incluía, dentre outras medidas, o fechamento das 130 mil escolas do país, que atendem cerca de 47 milhões de alunos, segundo dados do jornal O Globo. A medida encontrada pelo Governo, não só do Brasil mas de diversos países, foi a de instaurar o ensino remoto, utilizando-se das ferramentas tecnológicas disponíveis. Os caminhos são diversos, abrangendo desde atividades com internet, plataformas digitais e aulas por vídeo até a entrega de atividades impressas por correios ou buscadas nas escolas. A crise intensa causada pelo momento e pelas alternativas implementadas frente ao fechamento das escolas trazem grandes reflexões e a sugestão de que ocorram mudanças no modo de ensinar e de enxergar as relações escolares.

### **1 Regulamentação geral diante do cenário pandêmico na Educação**

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer nº 5/2020 em abril, que tratou “sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020). Nele, foram dadas três possibilidades de ações frente à necessidade da carga horária mínima determinada pela LDB, quais sejam: a reposição das aulas presenciais ao fim do período emergencial; a oferta de aulas não presenciais durante o período pandêmico; ou a extensão do período escolar dos alunos, com aulas presenciais concomitante às não presenciais, no contra-turno, ao fim do período de fechamento das escolas. O documento explicou que o objetivo principal da aplicação das atividades não presenciais (ministradas por meio de tecnologias ou não) foi na tentativa de que a aprendizagem dos alunos não retroceda. Além disso, essa alternativa reduziu a carga horária para reposição ao final das restrições sanitárias imposta pela pandemia, e ainda, buscou “permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmo afastados do ambiente físico da escola” (BRASIL, 2020). O parecer ainda determinou que “a competência para autorizar a realização de atividades a distância é das autoridades dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital” (BRASIL, 2020). Para a educação infantil, recomendou-se

[...] que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter

eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. Deste modo em especial, evitaria-se a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno (BRASIL, 2020).

Esse trabalho se daria através de orientações para os pais ou responsáveis formuladas pelos professores, considerando o auxílio da internet e/ou celular para potencializar a eficiência da medida, quando possível ou acessível à família. Outra alternativa às tecnologias citada pelo parecer, seria

[...] o envio para as famílias por correios ou outras formas de entrega, de material de suporte pedagógico organizado pelas escolas aos pais ou responsáveis, considerando os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola (BRASIL, 2020).

Ainda quanto à educação infantil, o documento recomendou que fossem passadas atividades mais ligadas a brincadeiras, jogos, música, além de estímulo à leitura, contando com o auxílio de vídeos e áudios. Enfatizou, também, que a criança deveria ser incluída nas atividades de rotina dentro do seu lar, o que permite o fortalecimento do vínculo e pode “potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade” (BRASIL, 2020). Para os anos iniciais do ensino fundamental, onde há a preocupação central com a alfabetização, o parecer trouxe a sugestão do MEC para uso do site para o apoio a professores, pais e alunos. Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio contêm alunos com maior autonomia e facilidade de atividades on-line, portanto, a orientação de pais e professores ficou mais voltada à organização de horários e objetivos a ser cumpridos. Os professores de Atendimento Educacional Especial (AEE) também deveriam continuar com o seu papel frente à educação especial, ofertando materiais adaptados a alunos com necessidade especiais e apoiando os professores da rede regular de ensino. Já diante da educação superior, o momento foi entendido como uma oportunidade de rever os limites da educação à distância dentro da formação de conhecimento nas faculdades.

Com a edição das Portarias nos 343 e 345, pelo Ministério da Educação, amplia-se o escopo da educação a distância para a totalidade dos cursos presenciais vedando-o apenas aos cursos de Medicina, bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos (BRASIL, 2020).

Como o processo de oferta de aulas estava sendo feito de forma não presencial, o parecer entendeu que os estágios na área de licenciatura poderiam ocorrer de forma virtual também. Entra-se, então, na questão da reorganização dos calendários escolares, deixando claro que ficou a critério de cada sistema de ensino a escolha pelas três opções oferecidas. Como já visto, no primeiro caso, haveria a reposição de carga horária ao fim do período pandêmico; no segundo, a consideração das aulas não presenciais como carga horária letiva coordenando-se com o calendário de aulas presenciais; e, no terceiro, a administração concomitante de aulas presenciais e remotas, no contra-turno, com a abertura das escolas. O parecer também determinou que a reposição presencial se dê em dias demarcados anteriormente como não letivos, ou seja, aos sábados, feriados, recesso ou mesmo no contraturno, podendo estender-se até o ano de 2021. Ao final do período de confinamento, foi recomendado que as escolas se planejassem para um retorno com acolhimento aos alunos, pais e professores, além de medidas sanitárias apropriadas. Foi destacado, também, orientações para que avaliações diagnósticas, revisões e reforços fossem aplicados na volta às aulas, visando à reparação das possíveis perdas de aprendizado durante as atividades remotas. Além disso, foi ressaltada a importância do registro de todas as atividades não presenciais realizadas pelos alunos, como forma de comprovação da carga horária aplicada. Para a validação dessas atividades remotas como carga horária letiva fez-se necessário que as instituições e professores forneçam o planejamento, contemplando objetivos, formas de aplicação e modelos de avaliação considerados.

## **2 Ações da rede Estadual de São Paulo**

A professora da rede pública paulista, Carolina Figueiredo Filho, numa matéria intitulada “Mitos e verdades sobre a política de educação remota na da rede estadual de SP” publicada em maio, discorre sobre algumas das orientações recebidas do governo estadual frente à continuação das aulas por meios virtuais, como, por exemplo, a instrução para que alunos e professores baixassem um aplicativo de nome “Centro de Mídias SP” (CMSP), além de acompanhar aulas pela televisão. Ela traz a forte crítica ao fato da tentativa de manter o calendário a qualquer custo:

A proposta de João Dória parte do pressuposto que a educação é um processo autônomo, que corre em paralelo, independente da saúde, da moradia, da alimentação, da renda, da assistência, etc. A ideia é que a tarefa prioritária dos gestores e professores agora é garantir o calendário

escolar e que bastaria disponibilizar conteúdos curriculares para viabilizar o compromisso com a educação. No entanto, a escola não é uma ilha apartada da pandemia ou do contexto social como um todo e é uma das primeiras instituições em que as contradições e desigualdades sociais aparecem com toda sua força (FIGUEIREDO FILHO, 2020).

A professora também desmistifica algumas informações, ao menos no estado de São Paulo, com o qual tem contato imediato. O primeiro deles diz respeito à fala sobre a inovação ou mesmo evolução da educação ao se apropriar de metodologias ativas e tecnologias para o ensino, quando, na verdade, a internet e as plataformas disponibilizadas pelo governo são muito limitantes:

Se a tônica das novas políticas educacionais do governo do estado, este ano, se referiam com centralidade às metodologias ativas, ao protagonismo dos estudantes, a diferentes estratégias pedagógicas e à interdisciplinaridade, as aulas que estão sendo apresentadas agora pela SEDUC na TV ou no ‘app’ contradizem bastante esse discurso e reproduzem do começo ao fim uma metodologia extremamente tradicional, bancária, fragmentada, calcada na simples memorização de informações, sem esforço de relacionar determinado tema com a vida dos estudantes, com as outras disciplinas ou com o novo contexto. O material didático está muito empobrecido e não aproveita justamente os melhores aspectos que o uso da tecnologia poderia proporcionar para a educação (FIGUEIREDO FILHO, 2020).

A questão da ligação entre professor e aluno também aparece, contrapondo-se à ideia de que a pandemia gerou maior espaço de escuta e fala desse grupo, além do fato de que o modo como as tecnologias têm sido usadas aumentou ainda mais a distância entre eles:

Do ponto de vista do corpo docente, não sabemos sequer se nossos alunos e suas famílias estão saudáveis ou se têm renda e alimentos; quanto mais se estão acessando o ‘app’, assistindo às aulas, fazendo as atividades ou se estão com dúvidas. Não sabemos até mesmo se teremos retorno dos alunos sobre os roteiros que estamos elaborando (FIGUEIREDO FILHO, 2020)

Outro ponto de destaque é que o tempo a mais em casa que a pandemia trouxe, para professores e alunos, poderia ser utilizado de forma a respeitar os tempos e ritmos dos estudantes e como espaço de aperfeiçoamento profissional para os professores, mas o que de fato acontece é a mera transplantação do modelo rígido da sala de aula para o virtual, junto com a aplicação de cursos desatualizados para os docentes: “Mais uma vez, a proposta do estado não aproveita justamente os melhores aspectos que as mudanças do momento poderiam proporcionar para a educação. Não há ‘atualização’ e ‘reinvenção’; há mais do mesmo, por sistema remoto” (FIGUEIREDO FILHO, 2020)

Ainda de acordo com a professora, a ideia de que os professores estão ensinando também é posta em dúvida, uma vez que as aulas são impostas aos docentes, alienando o trabalho de planejamento, execução, diagnóstico etc., dentre as várias etapas que devem ser elaboradas antes de uma aula. Ela afirma que o papel designado pelo governo, na pandemia, aos educadores é o de simplesmente transmitir aulas e conteúdos montados e corrigir atividades, pois não se tem o real acompanhamento e a troca com os estudantes, e os professores estão esgotados e diante de uma constante precarização do seu trabalho, com ameaças de cortes nos salários e intensas demissões daqueles profissionais temporários e eventuais. Acrescenta, ainda, que os alunos também não estão aprendendo pois deparam-se com a ausência de auxílio alimentício (motivo pelo qual, muitas vezes, as crianças frequentam as escolas), com a falta de acesso à internet, celular, entre outras limitações. Figueiredo Filho (2020) percebe que ainda existe a seguinte dificuldade: há a necessidade de ajuda e apoio dos pais e responsáveis para a execução das atividades, sendo que estes nem sempre podem - nem mesmo devem - assumir o papel de professores. Somado a esses fatores, por aulas idênticas serem ofertadas para um público diverso e heterogêneo, o respeito ao desenvolver de cada aluno é esquecido, aprofundando as dificuldades na aprendizagem.

Se a escola pública já vinha sintetizando uma série de dilemas, limitações, problemas, os “novos” métodos e políticas ficam longe de sequer amenizá-los, quanto mais de resolvê-los e, pelo contrário, os aprofundam enormemente e contribuem para um desmonte acentuado de tudo o que historicamente os educadores procuraram acumular e construir em relação à complexidade do processo de ensino-aprendizagem e à educação como um direito social. [...] O único papel da escola pública tem sido reproduzir os conteúdos curriculares padrão sem estarem ao menos adaptados a esse novo contexto, e para pequena parcela da rede. É muito pouco. O governo Doria está tornando a escola pública irrelevante em um momento tão exigente da história (FIGUEIREDO FILHO, 2020)

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, quando as aulas da rede pública do Estado de São Paulo foram retomadas, em 27 de abril, foi marcada por críticas e confusões. As aulas são apresentadas por um aplicativo da Secretaria da Educação e por dois canais abertos ligados à Fundação Padre Anchieta. Esses materiais são elaborados no Centro de Mídias da Educação de São Paulo, enquanto que outros “são fornecidos pela Fundação Roberto Marinho e pela Secretaria de Educação do Amazonas” (PINHO, 2020), sendo que esta última foi solicitada pois “há 13 anos deu início ao ensino à distância para populações que vivem em áreas isoladas” (PINHO, 2020). Além disso, youtubers que publicam conteúdos voltados à educação também foram chamados. Um dos pontos que

recebe crítica neste modelo apresentado encontra-se no fato de que as aulas disponibilizadas são padronizadas para toda a diversidade de alunos que existe no estado. Somado a isso, as dificuldades de acessar o aplicativo (o sistema iOS, por exemplo, não é compatível com o aplicativo) junto à falta de informações (por exemplo, o app não precisa de dados móveis, sendo gratuito, o que não era sabido por muitos) e à complicada situação dos pais, que precisam conciliar trabalho e o auxílio aos filhos nos estudos, é gerada uma grande turbulência na meta de manter a aprendizagem aos 3,5 milhões de alunos da rede. Muitos alunos da modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), também se encontram impossibilitados de manter seus estudos por EaD. Os problemas também se encontram na má utilização do chat do aplicativo, na pressão sobre o professor para disponibilizar seu número pessoal de Whatsapp, e na falta de liberdade para o professor determinar conteúdos, sendo obrigado a passar as aulas já prontas - o que dificulta a compreensão dos alunos, uma vez que não é possível retomar a mesma aula, ou voltar em assuntos.

Segundo relato de Rosa Araújo, membro do sindicato dos educadores de São Paulo, e que trabalha na capital, 55% das crianças não conseguiram receber o material enviado pelo correio, pelas dificuldades de acesso ao endereço e 50% não possui acesso à internet. Ela também relata os gastos exorbitantes do Estado com a rede de mídias.

No dia 27 de abril, o governo retomou as aulas do Estado pelo meio reomoto, com a utilização da tecnologia: um aplicativo de Centro de Mídias do Estado de São Paulo. Com interações por chat e destinado aos 3,5 milhões de alunos compreendidos pela rede estadual, pais e alunos enfrentaram muitas dificuldades para sua adaptação, segundo matéria do site UOL. Além da falta de orientação, falhas e lentidão do app, também houve confusão quanto ao material a ser acompanhado, uma vez que as aulas também foram disponibilizadas por canal de televisão e por apostilas impressas.

Em resposta ao UOL, o subsecretário de articulação regional da Secretaria da Educação do estado, Henrique Pimentel Filho, afirmou que não há problemas no app e que as escolas estavam buscando auxiliar no uso da ferramenta. Ainda segundo ele, o aplicativo é capaz de perceber a frequência dos alunos, para cumprir as 800 horas letivas obrigatórias. Além disso, as escolas tem a liberdade de estabelecer formas de comunicação entre seu público por “plataformas como Microsoft Teams, Google Classroom e até grupos de Whatsapp podem estar entre os meios de comunicação utilizados para a entrega dessas tarefas” (BERMÚDEZ, 2020).

Outra reclamação diz respeito à rapidez do conteúdo e sua complexidade não condizentes com o nível sustentado anteriormente nas salas de aula. A isso, Pimentel Filho respondeu que os materiais estão sendo ajustados, e que a mudança de professores gera um choque natural.

### **3 Reabertura das escolas e suas reverberações**

No dia 07 de fevereiro de 2021, o Portal do Governo informou que as aulas das mais de 5 mil escolas do estado retomariam suas aulas no dia seguinte, 08 de fevereiro. O funcionamento das escolas passou, então, a ser incluído nas atividades essenciais, sendo permitido o seu funcionamento em quaisquer fases do Plano São Paulo, sendo facultativo às cidades em fase vermelha ou laranja, de acordo com determinação das Prefeituras. Segundo o site oficial do Estado de São Paulo: “A decisão é baseada em experiências internacionais para garantir a segurança dos alunos e professores, bem como o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças e adolescents” (PORTAL DO GOVERNO, 2021).

Na resolução SEDUC 11, de 26 de janeiro de 2021, entre as diversas normas para regulamentação das aulas presenciais, tem-se que a capacidade permitida nas fases vermelha e laranja são de 35% e 70%, respectivamente, dos alunos matriculados. A resolução também permite àqueles aluno pertencentes a grupos de risco, com apresentação de atestado, a continuidade dos estudos de forma remota, e, ainda, não é tida como obrigatória a presença do aluno nos locais que estiverem nas fases vermelha, laranja ou amarela.

Somado a isso, outros protocolos foram reforçados, tais como a utilização de máscaras, disponibilização de álcool em gel 70%, higienização das escolas, distanciamento de 1,5 metros entre carteiras e aluno em fila, aferimento de temperatura (acima de 37,5 °C, o aluno não deve entrar na escola), entre outros. O Portal também informa que

[...] para garantir a segurança na retomada, o Estado distribuiu insumos destinados a estudantes e servidores, como 12 milhões de máscaras de tecido, mais de 440 mil protetores faciais de acrílico), 10.740 termômetros a laser, 10 mil totens de álcool em gel, 221 mil litros de sabonete líquido, 78 milhões de copos descartáveis, 112 mil litros de álcool em gel, 100 milhões de rolos de papel toalha e 1,8 milhão de rolos de papel higiênico (PORTAL DO GOVERNO, 2021).



No dia 08 de fevereiro de 2021, o Portal do Governo trouxe novamente o assunto da reabertura das escolas. O governador João Dória afirmou

A volta às aulas começou de maneira gradual e segura, sem ser afetada pela paralisação anunciada pelo sindicato dos professores. Felizmente a maioria absoluta dos professores da rede pública estadual de ensino entendeu a importância da retomada das aulas e da segurança ao exercerem esse direito, de praticarem e darem aulas aos alunos da rede estadual de ensino (DÓRIA, 2021)

Já o secretário estadual da Educação, Rossiele Soares (2021), disse que

É muito importante para toda comunidade escolar, formada por alunos, professores e funcionários, que a gente inicie o ano letivo presencialmente, de forma segura, respeitando todos os protocolos sanitários. Nenhum tipo de tecnologia substitui a presença do professor em sala de aula, e sabemos que os prejuízos causados aos alunos que se mantêm fora da escola por muito tempo são enormes.

Foi reiterado o caráter gradual da abertura das escolas, além da necessidade de autorização de cada prefeitura. Ainda, ficou definido que a forma de realização do rodízio, a complementação das atividades remotas e os horários ficaram a critério de cada unidade escolar, que pode escolher as variáveis que achar mais adequadas. Os pais tem a responsabilidade de optar por levar ou não seus filhos às aulas presenciais.

Nesse mesmo dia, houve greve de cerca de 15% dos professores da rede estadual, segundo a APEOESP. O presidente do sindicato disse que: “A pandemia não está reduzindo, ela está aumentando. Mesmo que diga que está em estabilidade, a estabilidade está alta e isso nos preocupa porque escola é um espaço de aglomeração” (NORONHA, 2021).

O decreto que permitia o retorno das aulas - retorno este que inicialmente estava previsto para o dia 1º de fevereiro e foi adiado para o dia 8 do mesmo mês, em que as escolas efetivamente abriram - tinha sido barrado, no dia 28 de fevereiro de 2021, pelo Tribunal da Justiça, por pedido do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp).

Antes de conseguir reverter a liminar da juíza Simone Gomes, o Governo declarou, em nota:

Cerca de 1,7 mil escolas estaduais em 314 municípios retornaram com atividades presenciais no Estado desde setembro de 2020, sendo 800 na capital paulista. Não houve nenhum registro de transmissão de Covid dentro dessas escolas até o momento (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2021).

Já no dia 11 de fevereiro de 2021, o portal G1 publicou uma matéria informando que desde o início das aulas, 3 dias antes, 11 escolas (públicas e privadas) já haviam

paralisado suas atividades devido a casos confirmados de coronavírus. Nessa data, 800 escolas ainda não estavam abertas por conta de decretos municipais.

No dia 25 de fevereiro de 2021, de acordo com matéria do site “Brasil de fato”, a Apeoesp divulgou que o número de casos de Covid-19 nas instituições de ensino era de 1.045 casos. Até a data não havia ainda a divulgação oficial do estado - prometida com uma frequência semanal -, que apenas citou o fechamento de 5 escolas.

Em um artigo de Chico Alves, colunista do portal UOL, a opinião é de que, apesar da urgência de se retomarem as aulas, pensando nas consequências de aprendizagem, socialização e saúde mental, é indiscutível, mas, ainda mais importante é a vida: “Se os alunos necessitam urgentemente voltar a aprender, os professores precisam muitíssimo sobreviver ao coronavírus”. E acrescenta que mesmo em outros países, a retomada se deu após a aplicação de lockdowns rigorosos, e paulatinamente, por meio de testes.

Além disso, as escolas brasileiras não apresentam a estrutura necessária para segurança completa contra o vírus. Junto à crítica da não vacinação prioritária aos profissionais da educação - já que a volta às aulas tem sido vista de forma tão inadiável -, Alves (2021) reitera na insistência da retomada no Estado de São Paulo, quando: “Por causa da alta de casos das últimas semanas, Ceará, Distrito Federal, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul suspenderam aulas presenciais ou adiaram a volta dos alunos, que já tinha data prevista”.

Já em março, todo o Estado de São Paulo entrou na fase vermelha, a mais restritiva, definido ao crescente número de casos e internações. Com duração entre os dias 6 e 19 de março de 2021, pela primeira, foi permitido que as escolas permanecessem abertas, de acordo com o decreto que as colocou como serviço essencial. Destacou-se que a prioridade de recebimentos de alunos seria destinada àqueles em situações de vulnerabilidade, que, nas palavras da matéria do Estadão (citado pelo portal MSN):

[...] o que podem ser estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, com problemas emocionais, alimentares, sem conexão de internet em casa para ensino remoto. Pais que trabalham nos serviços essenciais também devem ser atendidos. O secretário estadual de Educação, Rossieli Soares, citou ainda prioridade para crianças da educação infantil, de 4 e 5 anos, e para aquelas que estão nos primeiros anos do fundamental, em fase de alfabetização (CAFARDO; MARQUES, 2021).

O limite de 35% dos alunos, a não obrigatoriedade quanto a decisão dos pais e a possibilidade de proibição de abertura pelas Prefeituras continuam valendo.

No dia 05 de março de 2021, a Apeosp havia contabilizado o número de 1.952 pessoas contaminadas pelo coronavírus desde a retomada das aulas, sendo que, entre os casos confirmados, constavam 34 mortes.

Em uma live na plataforma do Youtube, no “Canal USP”, o tema da reabertura foi discutido e, na opinião do professor de Metodologia de Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP, Vinício de Macedo Santos (2021):

[...] esse momento de discutir a questão do retorno às atividades é da maior importância, não só porque revela um atraso nessa discussão, porque nós estamos discutindo o retorno no pior momento da pandemia [...] discutir a questão do retorno não é só, meramente, fecha ou abre escolas, mas é preciso examinar o que estamos fazendo, que condições estão sendo criadas, e essa discussão está atrasada em pelo menos um ano em relação as reais condições necessárias para tratar a educação. Nós estamos entre dois fogos: a enorme falta que a escola faz para as crianças e a necessidade de preservar a vida.

Renato Janine Ribeiro, ex ministro da Educação no governo Dilma Roussef e professor de Ética e Filosofia Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, também chama a situação de um dilema, justamente por se tratar de uma “situação em que vc tem uma escolha muito difícil, porque os dois polos da escolha tem, ambos, defeitos ou qualidades grandes”, prosseguindo que “um ano sem aulas presenciais sobretudo para as crianças menores impacta severamente sua socialização”. Mas, ao mesmo tempo, a situação da pandemia no momento analisado, com número de casos e de mortes que têm batido recordes (alcançando nos primeiros dias de março mais de 2.000 mortes por dia) faz da volta às aulas “uma temeridade”, na sua fala.

Ribeiro (2021) ainda afirma que, se algumas ações tivessem sido tomadas no ano de 2020 a situação estaria diferente, mas que houve uma incapacidade do governo Federal na gestão da pandemia. Ele cita, por exemplo, a ideia de utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST), tirando 1% da conta de telefone de todos os brasileiros, “para implantar banda larga rapidamente nas comunidades mais periféricas”, pensando num dos grandes problemas do ensino remoto emergencial, em que as “pessoas mais pobres não terem acesso a banda larga, não terem velocidade, pacote de dados”. Acrescenta ainda, que “Precisávamos ter uma ação consertada dos governos estaduais e municipais, no sentido de fazer as reformas necessárias e as medidas necessárias nos prédios das escolas públicas”, entre elas a já citada necessidade de oferecer banda larga e pacotes de dados, além de garantir o funcionamento adequado dos banheiros (com os itens necessários a higienização das crianças), reforma das janelas (para a aeração das salas), contratação de mais funcionários

de limpeza (para a limpeza constante exigida nesse momento), protocolos de ensino remoto e o levantamento da situação presente nas escolas pela imprensa.

O professor Vinício enxerga a discussão atual sobre a abertura das escolas como atrasada, pois existem “dívidas seríssimas com a escola pública, anteriores à pandemia, em relação a condições materiais das escolas, a salários, à formação de professores, a equipamentos, tecnologias etc.” (SANTOS, 2021).

Além disso, olhando para o futuro, Santos (2021), como professor formador de outros docentes, prevê as situações a serem enfrentadas por seus alunos no ambiente pós-pandemia, com o “grande buraco” aumentado pela situação atual.

O professor Renato também cita a desarticulação do governo e a falta de compromisso deste para com a educação, trazendo dificuldade na ação conjunta e focada em uma direção nos procedimentos, já que o ensino deve ser um projeto da sociedade como um todo.

## **Metodologia**

A presente pesquisa se classifica com qualitativa, a qual: “Busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador” (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 3).

O pesquisador, estando inserido num contexto e tendo de escolher alguns referenciais teóricos para sua análise, acaba por traçar um caminho único e, portanto, não pode e nem consegue existir como neutro. A escolha dos “apoios” teóricos já dá destaque para uma postura e não outra, trazendo, então, uma maior complexidade para a pesquisa qualitativa, ao retratar objeto de estudo e aquele que o estuda.

As origens da modalidade qualitativa vêm, justamente, da necessidade de analisar os fenômenos humanos e sociais, aos quais os métodos de pesquisa das ciências físicas e naturais não eram suficientes. Nessa abordagem, é defendida “uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 3), onde é focalizado o contexto do sujeito estudado, assim como os “significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais”.

Especificamente em relação à área da educação, era a psicologia experimental que dava base para suas pesquisas, apoiando-se no método de pesquisa das ciências naturais e físicas, o quantitativo. Foi só a partir de meados de 1960 que a abordagem qualitativa começou a fazer parte dos estudos educacionais, quando os modelos ligados ao quantitativo, ao serem utilizados em fenômenos educacionais, foram questionados, além da reflexão sobre “os conceitos de objetividade e neutralidade embutidos nesses modelos”. Segundo André e Gatti (2010, p. 4):

as pesquisas chamadas de qualitativas, vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais.

No Brasil, os estudos “na área de avaliação de programas e currículos, assim como das novas perspectivas para a investigação da escola e da sala de aula” utilizaram-se fortemente das pesquisas qualitativas. Parlett e Hamilton, dois dos autores do livro *Beyond the Numbers Game* (1977), comentaram sobre a

[...] necessidade de se levar em conta as dimensões sociais, culturais, institucionais que cercam cada programa ou situação investigada. [...] é necessário considerar o contexto particular em que se desenvolvem as práticas educacionais e que se contemple os diferentes pontos de vista dos diferentes grupos que se relacionam ao programa ou situação estudada (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 4)

Muitas foram as contribuições da utilização do modelo qualitativa às pesquisas da área educacional, sendo destacadas por André e Gatti (2010, p. 9) as seguintes:

1. a incorporação, entre os pesquisadores em educação, de posturas investigativas mais flexíveis e com maior adequação para estudos de processos micro-sóciopsicológicos e culturais, permitindo iluminar aspectos e processos que permaneciam ocultos pelos estudos quantitativos;
2. a constatação de que para compreender e interpretar grande parte das questões e problemas da área de educação é preciso recorrer a enfoques multi/inter/transdisciplinares e a tratamentos multi dimensionais.
3. a retomada do foco sobre os atores em educação, ou seja, os pesquisadores procuram retratar o ponto de vista dos sujeitos, os personagens envolvidos nos processos educativos;
4. a consciência de que a subjetividade intervém no processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para controlá-la.

No entanto, é importante destacar, também, que essa abordagem exige bastante rigor quanto as suas técnicas, pois há maior risco de existir um envolvimento e uma parcialidade do pesquisador quanto ao objeto. Há que se atentar para a formação adequada dos pesquisadores, para que não falhem frente à visão científica.

O que se encontra em muitos trabalhos são observações casuísticas, sem parâmetros teóricos ou sem inferências consistentes, a descrição do óbvio, a elaboração pobre de observações de campo conduzidas com precariedade, análises de conteúdo realizados sem metodologia clara, incapacidade de reconstrução do dado e de percepção crítica de vieses situacionais, desconhecimento no trato da história e de estórias, precariedade na documentação e na análise documental. (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 10).

A presente pesquisa se deu através da coleta de informações em fontes midiáticas, principalmente os portais de notícias (como UOL, G1, entre outros) e lives transmitidas na plataforma do *YouTube*. Apesar da resistência e escassez de pesquisas acadêmicas que se utilizem desse tipo de fonte, é importante ressaltar que, numa sociedade em constante mudança, cabe uma crítica à antiquada exclusão desse meio, que, no presente século XXI permeia a vida e as situações de praticamente todos os indivíduos da sociedade. Como afirma Cerigatto e Casarin (2017, p. 156),

A mídia como objeto de estudo ganha ainda mais importância com a popularização das tecnologias digitais de comunicação e com o advento da chamada web 2.0 - a “segunda geração” da internet, baseada na oferta de serviços que enfatizam a colaboração online e o compartilhamento de conteúdos entre os usuários.

Além disso, com a exploração de um tema tão recente e atual, pouco foi encontrado nas fontes de pesquisa tradicionais, sendo que foi necessário, obrigatoriamente, recorrer às fontes citadas.

Através da apresentação de notícias e opiniões de pensadores da área da Educação, foi possível formar uma imagem da situação que se procurou analisar. As buscas se deram nos principais portais de notícias, como Uol, Estadão, O Globo Folha de São Paulo e na plataforma de vídeos *YouTube*, em canais de referência, sendo que nesta pesquisa foi utilizada uma live do Canal USP, com pensadores renomados na área.

A pesquisa procurou iniciar-se de um panorama maior (o regulamento de ordem federal) para as ações específicas do estado de São Paulo, o objeto de estudo. A partir daí, foram apresentadas, alternadamente, informações sobre a progressão das ações e os efeitos e consequências destas. Por fim, a busca foi ainda mais afinada, focando na reabertura das escolas.

O objetivo da metodologia no presente trabalho foi o de coletar as informações em uma grande quantidade de portais, e trazer opiniões e discussões de um grande número de profissionais. Com os dados em mãos foi possível montar um cenário e entender as

diversas variáveis da complexa situação, transformando, assim, a informação em conhecimento, a partir da estruturação no contexto.

## **Resultados**

Inicialmente, foi apresentado pelo Governo Federal um documento, o Parecer nº 5/2020, no mês de abril de 2020, dispendo sobre uma reorganização nos calendários e nas aplicações de atividades pedagógicas durante o período pandêmico. Neste documento, definiu-se que as aulas poderiam adotar o ensino remoto, contando como horas letivas e, então, mantendo o calendário escolar. No entanto, é permitido que cada sistema de ensino opte por algumas opções: reposição de carga horária ao fim do período pandêmico, consideração das aulas não presenciais como carga horária letiva coordenando-se com o calendário de aulas presenciais ou uma administração concomitante de aulas presenciais e remotas, no contra-turno, com a abertura das escolas. Junto a essa determinação, tem-se que o objetivo principal dessas medidas está na tentativa de que os alunos não retrocedessem no seu aprendizado, podendo ser utilizada tanto a tecnologia quanto outros meios alternativos (a retirada de materiais na escola, envio por Correios etc.)

A partir da determinação geral do Conselho Nacional de Educação (CNE), o Estado de São Paulo criou o Centro de Mídias SP (CMSP), um aplicativo para facilitar a conexão de alunos e professores a partir da tecnologia. Muitas queixas e confusões foram relatadas diante da decisão de utilizar o ensino remoto com carga horária letiva e do uso da ferramenta do Centro de Mídias. Professores reclamaram de aspectos como a rigidez das aulas - que já vinham montadas para a mera apresentação por parte dos professores -, da falta de apoio e escuta do professor, os problemas de acesso ao app - tanto de falhas na ferramenta quanto a falta de internet de muitos alunos -, o descaso com a situação vividas por todos num período de extremo estresse e incerteza, entre outros. Mas, de maneira sintetizada, o principal problema apontado é a distorção do trabalho do professor em sala de aula, que apresenta diversas matizes complexas, que não poderiam ser abordadas a partir do ensino remoto. Os professores defendiam, então, que o ensino remoto não deveria ser inserido como calendário escolar, mas como um apoio aos alunos.

Após todos os pormenores da situação, abordados aqui no ano de 2020, foi destacada a discussão e as ações sobre a reabertura das escolas em 2021. Com a determinação da volta do recebimento de alunos nas instituições, em 8 de fevereiro de 2021, a polêmica se instaurou entre os profissionais da educação e os membros do

governo. Alguns professores e demais funcionários das escolas queixavam-se do grande risco à saúde. Anteriormente a resolução SEDUC 11, de 26 de janeiro de 2021, incluindo as escolas nos serviços essenciais, permitindo, então, a sua abertura durante a fase vermelha, com restrição a 35% e 70% da capacidade de alunos para as fases vermelha e laranja, respectivamente. O governo do estado de São Paulo manifestou-se diversas vezes, citando todas as medidas sanitárias e de segurança que seriam tomadas durante a retomada gradual. As críticas continuaram fortes, abordando a falta de estrutura da escola pública brasileira, do grande risco à saúde de todos e da necessidade de se colocar a vida acima de tudo, no momento delicado da piora nos números referentes a internações e mortes.

A partir dos dados coletados, percebe-se que existe uma desorientação frente à situação inédita vivida. A grande preocupação com a saúde e também com a continuidade da educação dos alunos fizeram com que todos os responsáveis pela educação se encontrassem diante de dilemas.

Com a utilização do ensino remoto, como medida emergencial para que as aulas não parassem, houve uma sobrecarga sobre pais, alunos e professores. Ficou demonstrada a desigualdade no acesso e a despreparação dos sistemas e das formações, principalmente com a tecnologia. Devido a uma educação precárias, com materiais precários, formação de professores precária, falta do apoio necessário, etc., todos os participantes desse processo foram prejudicados.

Outro aspecto que aparece foi a falta de escuta do governo quanto aos profissionais da educação, que possuem o conhecimento e saber tanto das técnicas e metodologias, quanto do cotidiano verdadeiro de uma sala de aula. Professores criticaram duramente a instauração do ensino remoto contando como aulas efetivamente aplicadas, entendendo que esta alternativa teria como função adequada a manutenção da conexão com o aluno e dos conhecimentos já trabalhados até o momento, não servindo, no entanto, a contar como horas letivas efetivamente trabalhadas. Outro momento permeado por duras críticas foi quanto à reabertura das escolas, pois os profissionais afirmavam que se estava colocando a vida em risco, não só dos alunos, como também dos professores e demais funcionários, além das famílias das crianças. Ressaltaram também a total falta de estrutura das escolas públicas para o recebimento seguro dos discentes.

### **Considerações finais**

De modo geral, a partir da análise de informações coletadas nos meios digitais, foi possível perceber uma relativa unanimidade quanto à postura do professor diante do



cenário educacional na pandemia. Dentro de uma base de conflito e incerteza diante de decisões sobre os rumos da escola, em um momento novo e que, de fato, trouxe perplexidade a todos os indivíduos, tem-se que os profissionais da educação não foram consultados sobre suas visões do melhor para alunos e demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

As questões da transposição do ensino para o remoto afetou professores, que se impactaram frente ao mar de tecnologias e inovações, até então desconhecidas, no seu trabalho cotidiano, o que fez sentir a falta de preparação e desconexão da escola com a sociedade digitalizada que a cerca. Os alunos, lidando com situações diversas em suas casa e, muitas vezes, não tendo o acesso a essas tecnologias, também sofreu grandes consequências de uma educação que arrasta sua estrutura inadequada até os dias de hoje.

Além disso, a saúde e a vida entrou em conflito com o ensino, num dilema entre a reabertura e o fechamento das escolas. Com argumentos de ambos os lados, novamente o que mais se fez ouvir daqueles que lidam diariamente com os alunos e seus desafios - apesar de cansados e esperançosos com o retorno presencial - foi a necessidade de que o ensino remoto permanecesse, ainda com suas críticas a admissão desta ferramenta como o currículo letivo.

A situação apresentada nesta pesquisa é ampla e extremamente nova para todos, e, por isso, trata-se de um leve arranhar de superfície. Seu objetivo foi o de localizar pontos a serem observados e que, com certeza, permitem a maior exploração e aprofundamento na atitude de observar o que esse grande evento traz para o presente e futuro da educação no Estado de São Paulo.

## **Referências**

ALVES, Chico. Alunos têm que voltar às aulas, mas professores precisam ficar vivos. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/02/28/alunos-tem-que-voltar-as-aulas-mas-professores-precisam-ficar-vivos.htm>. Acesso em: 2 maio 2021.

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernardete. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**, 2010. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaaid%3Aascds%3AUS%3A77f02582-5917-4a6b-b9fe-9d78c232e07c>. Acesso em: 13 maio 2021.

BERMÚDEZ, Ana Carla. Volta às aulas remota em SP tem dificuldades com app e reclamações dos pais. **UOL Educação**, 2020. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/04/28/volta-as-aulas-em-sp-tem-dificuldades-com-app-e-reclamacoes-dos-pais.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021

BRASIL. **Parecer CNE/CP5/2020** - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília-DF: MEC, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 nov. 2020.

CANAL USP. Retorno às aulas presenciais. **YouTube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WldISA2YJ28>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CNE aprova Parecer com diretrizes para Reorganização dos Calendários Escolares e Realização das Atividades não presenciais pós-retorno. **Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades - Abrafi**, 2020. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>. Acesso em: 14 nov. 2020.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva. As mídias como fonte de informação: aspectos para uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 155-176, jan./jul. 2017. Edição Especial. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A01f2189-faa6-46f3-88eb-c5bdaf4b8ee7#pageNum=1>. Acesso em: 14 maio 2021.

CYPRESTE, Judite. 11 escolas no estado de SP já paralisaram temporariamente as aulas por causa do coronavírus. **G1 São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/11/11-escolas-no-estado-de-sp-ja-paralisaram-temporariamente-as-aulas-por-causa-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SÃO PAULO. #VoltaÀsAulas: Confira os principais pontos para o retorno no dia 8. **Portal do Governo**, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/voltaasaulas-confiras-os-principais-pontos-para-o-retorno-no-dia-8/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FILHO, Carolina Figueiredo. Mitos e verdades sobre a política de educação remota da rede estadual de SP. **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**, 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/analises/carolina-figueiredo-filho/mitos-e-verdades-sobre-politica-de-educacao-remota-da-rede-estadual-de-sp/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FURLANETO, Audrey. Covid-19: Especialistas discutem rumos da educação brasileira após o fim do isolamento social. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/covid-19-especialistas-discutem-rumos-da-educacao-brasileira-apos-fim-do-isolamento-social-1-24364206>. Acesso em: 06 nov. 2020.

GOMES, Rodrigues. Professores registram 1.045 casos de covid-19 nas escolas de São Paulo. **Brasil de fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/25/professores-registram-1-045-casos-de-covid-19-nas-escolas-de-sao-paulo>. Acesso em: 20 abr. 2021.

JUSTIÇA suspende retorno das aulas presenciais no Estado de São Paulo. **G1 São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/justica-suspende-retorno-das-aulas-presenciais-no-estado-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PINHO, Angela. Ensino remoto na rede pública de São Paulo estreia com dúvidas e bagunça virtual. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/ensino-remoto-na-rede-publica-de-sp-estrela-com-duvidas-e-bagunca-virtual.shtml?utm\\_source=mail&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compmail](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/ensino-remoto-na-rede-publica-de-sp-estrela-com-duvidas-e-bagunca-virtual.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail). Acesso em: 10 nov. 2020.

SÃO PAULO. Aulas presenciais são retomadas em todo o Estado de SP. **Portal do Governo**, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/aulas-presenciais-sao-retomadas-em-todo-o-estado-de-sp/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Secretaria da Educação**. Governo de São Paulo anuncia retomada das aulas presenciais facultativas mediante reclassificação do Plano SP na fase vermelha. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-anuncia-retomada-das-aulas-presenciais-facultativas-mediante-reclassificacao-plano-sp-na-fase-vermelha/#:~:text=O%20Governo%20de%20SP%20definiu,perdas%20de%20aprendizagem%20s%C3%A3o%20gigantescas>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SP: Sindicato confirma quase 2 mil casos de covid-19 em rede de ensino. **UOL Educação**, 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/03/05/sp-sindicatoconfirma-quase-2-mil-casos-de-covid-19-em-rede-de-ensino.htm>. Acesso em: 2 maio 2021.